
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

18
Abril
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Pontapé inicial para reforma do Fórum de Vitória

Deve começar em breve o remanejamento de pelo menos 12 unidades do Fórum de Vitória para o edifício Jerônimo Monteiro, próximo à Praça Oito, no Centro. O prédio foi cedido através de acordo com a Superintendência do Patrimônio da União (SPU-ES) para que o Fórum seja reformado, aos poucos. Além das 12, quatro Varas da Fazenda Pública e cinco de Execuções Fiscais vão para o edifício Vértice, na Enseada do Suá, até o final do mês de junho.

OAB-ES x juiz

A OAB-ES, por meio do seu presidente Homero Mafra, entrou com uma representação disciplinar no CNJ contra o juiz da Comarca de Rio Novo do Sul que, segundo relatos da advocacia local, viola a Lei da Magistratura e desrespeita advogados.

No documento é citado que o juiz se dirige aos advogados, e ao público em geral, aos gritos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

> **NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE** na sexta-feira e na segunda-feira, de acordo com cronograma publicado em dezembro de 2016, em que constam todos os feriados e pontos facultativos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

DIVULGAÇÃO



PRÉDIO do Tribunal de Justiça: sem expediente na sexta e na segunda-feira

Desembargador critica ‘generalizações’ em prisão de soldado em ação contra greve da PM

O desembargador Pedro Valls Feu Rosa, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), pôs em liberdade o soldado da Polícia Militar, Leonardo Fernandes Nascimento, preso durante a “Operação Protocolo Fantasma” por suposta colaboração ao movimento de familiares de PMs que culminou na greve da Corporação em fevereiro. Em sua decisão, o magistrado criticou a atuação das autoridades judiciárias envolvidas na investigação, que não teria apresentado provas concretas da eventual participação do militar com o movimento. Na visão de Pedro Valls, a Justiça deve afastar qualquer risco de “generalizações e desvirtuamentos”.

A prisão do soldado teria sido em função de ter feito abordagem a pessoas que acompanhava a assembleia de mulheres de PMs, mais tarde se soube que eram policiais da Corregedoria da PM – que estavam monitorando o movimento. Com base nisso, o Ministério Público Estadual (MPES) pediu a prisão do soldado, acolhido pela juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, sob alegação de que o militar estaria fazendo a “segurança” das reuniões do movimento a bordo de viatura e devidamente fardado. No entanto, Pedro Valls descartou qualquer ligação explícita do soldado Leonardo com pessoas ligadas ao grupo que estava à frente do movimento paredista.

“Registro que sequer se noticia se o paciente estaria realizando tal policiamento fora do horário e área que lhe haviam sido designado - e eis aí um fator determinante a ser considerado. Ora, estamos a falar da prisão de um agente da lei, e sob acusação gravíssima - de se exigir, pois, elementos absolutamente claros. E sequer se demonstrou, repito, se o policiamento retratado como criminoso estava à revelia dos parâmetros fixados naquela data pelo Comando da Polícia Militar”, apontou Pedro Valls.

Na decisão, ele determina a soltura do militar que estava recolhido no Quartel de Maruípe. As outras três pessoas (todos civis, um ex-soldado e duas mulheres) presas na Operação, deflagrada no último dia 20, também liberadas pela Justiça – estes na condição de uso de tornozeleiras eletrônicas. O inquérito policial segue em andamento no juízo de 1º grau. Entretanto, a reação do governo – e demais instituições – contra novas ações de familiares de PM teve uma desaceleração. Uma vez que é possível observar uma desarticulação daquele movimento de mulheres que provocou uma greve de 22 dias da Corporação.

Por outro lado, o próprio Comando da PM começa a reduzir a “pressão” sobre a tropa. Na última semana, mais de 270 militares se livraram do risco de expulsão com a conversão das investigações em Processos Administrativos Disciplinares de Rito Sumário (PAD-RS) – cujas penas são mais brandas, sendo a mais grave de 30 dias de prisão. Apesar de não reconhecer o fato como “anistia”, a medida garante o retorno às atividades dos militares, a maioria de integrantes da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), extinta após a greve. Com o fim da unidade, esse tipo de policiamento passará a ser feito em cada batalhão.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Vilmara Fernandes e Beatriz Seixas (Interinas)

E as armas?

Um apoio extra para desvendar o roubo das armas do Fórum da Serra: a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten) da Serra entrou nas investigações. Desde o dia do roubo, último dia 9, os policiais estão realizando várias diligências, segundo o delegado Fabiano Rosa, titular da Delegacia Especializada de Segurança Patrimonial. Algumas pessoas já foram presas e ele espera, até o final desta semana, divulgar os detalhes do crime. Mais de 150 armas foram levadas, incluindo pistolas.

Corregedorias têm até junho para fazer CPF de criança e adolescente

As Corregedorias dos Tribunais de Justiça estaduais têm até o dia 30 de junho para realizar mutirões voltados à regularização da documentação de crianças e adolescentes em programas de acolhimento ou em cumprimento de medidas socioeducativas. A partir desta data também passa a ser obrigatória a inserção do CPF das crianças e adolescentes nas guias de adoção, acolhimento e de internação no sistema socioeducativo.

A unificação dos dados de crianças e adolescentes por meio do CPF faz parte das metas a serem cumpridas pelas Corregedorias no ano de 2017 (Meta 4), cujo objetivo evitar a duplicidade de informações no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Essa é uma das metas que foram definidas pelas próprias Corregedorias durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em dezembro do ano passado. Veja no quadro abaixo todas as metas:

Em diversos tribunais, medidas voltadas ao cumprimento da chamada Meta 4 já foram adotadas. Um deles é o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que deverá realizar em abril o mutirão para emissão de CPF, RG e certidão de nascimento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou em cumprimento de medida socioeducativa.

Segundo o tribunal, a Corregedoria Geral de Justiça e a Coordenadoria da Infância e Juventude de Pernambuco estão em contato com a Receita Federal para o levantamento de dados sobre as crianças e adolescentes nessa situação.

Em Minas Gerais, a previsão é que o mutirão aconteça no final de maio. Os detalhes para a realização do evento em Belo Horizonte estão sendo acertados pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Antes disso, o cumprimento da meta será discutido no 21º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que acontece nesta sexta-feira (7/4).

Em alguns estados, estão sendo feitas parcerias entre as Corregedorias Gerais de Justiça estaduais e a Receita Federal. É o caso de Rondônia, onde no último dia 21 foi firmada uma parceria para garantir a emissão gratuita do CPF das crianças e adolescentes acolhidos ou internados em instituições socioeducativas.

A parceria prevê que as instituições de acolhimento enviarão à Secretaria Municipal de Assistência Social e Familiar (Semasf) os dados sobre as crianças e adolescentes. A Secretaria reunirá então essas informações e encaminhará à Receita Federal, para a emissão do CPF. O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) também está acertando com a Vara de Registro Civil uma forma de garantir a certidão de nascimento a estas crianças e adolescentes.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84616-corregedorias-tem-ate-junho-para-fazer-cpf-de-crianca-e-adolescente>

Justiça ordena desocupação, mas reintegração pode levar 30 dias em Vitória

Afirmção é do tenente da Polícia Militar Anthony Moraes Costa. Cerca de 700 famílias ocupam área particular entre bairros Grande Vitória e Universitário.

A pesar de a Justiça já ter ordenado que as cerca de 700 famílias que ocupam uma área particular, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, em Vitória, deixem o local, a reintegração de posse pode levar até 30 dias. A afirmação é do tenente da Polícia Militar Anthony Moraes Costa.

Ele afirma ter visitado o local e ter feito um relatório de risco prévio, que estabelece o efetivo necessário de tropas caso seja necessário o uso da força policial. O relatório foi entregue ao Comando de Policiamento Ostensivo Especializado (CPOE), que será o responsável por executar a reintegração de posse, após fazer uma reunião com vários agentes. No entanto, a reunião ainda não tem data para acontecer.

“O Comando de Policiamento Ostensivo Especializado vai analisar o relatório, e vai acionar, para uma reunião prévia, os outros agentes que devem estar envolvidos nessa questão, que são de órgãos como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prefeitura, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, a parte requerente no processo e o oficial de Justiça”, explicou.

A reunião faz parte de um planejamento que definirá a responsabilidade de cada um dos órgãos no processo, visando a integridade das famílias que estão na área ocupada. Para além da reunião, o tenente explica que a reintegração de posse também não foi cumprida porque o juiz que expediu a ordem judicial, no último dia 5, deu aos invasores o prazo de 15 dias para contestação da liminar.

“Quando o juiz estabelece a ordem de reintegração de posse imediata, ele já diz no mandado judicial, nesse caso ele abriu um prazo recursal de 15 dias. Se as pessoas que estão na área apresentarem provas que aquele espaço não pertence aos que alegaram serem donos, elas vão poder permanecer, mas é muito difícil elas conseguirem isso”, avaliou.

Um dos proprietários da área, que prefere não se identificar, afirma que espera que as providências sejam tomadas o mais rápido possível.

“Está demorado demais, já tem duas semanas que estamos com a liminar em mãos e até agora não foram tomadas providências. O oficial de Justiça já comunicou ao pessoal que eles devem deixar a área, e nós estamos aguardando”, disse.

No último dia 5, um grupo tentou invadir uma área pública de proteção ambiental que fica em frente ao local: a Unidade de Conservação da Fonte Grande. No entanto, fiscais ambientais da Prefeitura de Vitória receberam denúncias e uma ação conjunta, que contou com agentes de trânsito e comunitários da Guarda Municipal e com a Polícia Militar, impediu a tentativa de invasão.

Famílias que invadiram terreno em Vitória protestam no Centro

Protesto começou por volta das 8h20 e deixou trânsito congestionado por cerca de uma hora. Antigo BME foi acionado para acompanhar manifestação.

Famílias que invadiram uma área particular, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, em Vitória, fizeram uma manifestação no Centro da Capital na manhã desta terça-feira (18).

O protesto começou por volta das 8h20 e deixou o trânsito congestionado por cerca de uma hora, quando os manifestantes se dispersaram. A Guarda Municipal e Policiais da Companhia Independente de Missões Especiais (Cimesp), antigo BME, acompanharam o protesto e coordenaram o fluxo de veículos.

Os manifestantes explicaram que foram às ruas por causa da reintegração de posse do terreno determinada pela Justiça. Segundo a Guarda de Vitória, cerca de 50 pessoas participam da passeata.



REGIÃO do Parque Moscoso, onde funcionário de multinacional foi assaltado

Indenização de R\$ 15 mil para funcionário assaltado

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Estado (TRT-ES), que condenou uma multinacional a pagar R\$ 15 mil a um funcionário assaltado quando ia a uma reunião em Vitória.

Para a Justiça, a empresa foi negligente ao não adotar medidas para resguardar a segurança do empregado. A vítima disse que as reuniões eram realizadas de manhã cedo, por volta das 7h, nos ar-

redores do Parque Moscoso, deserto naquele horário e, segundo ela, "famoso pelos assaltos".

Para o funcionário, o fato de se reunirem ali com frequência, uniformizados, atraía os assaltantes, tanto que foram registradas outras ocorrências semelhantes, em que os trabalhadores ficaram na mira de armas e tiveram seus pertences roubados.

Os desembargadores entenderam que, mesmo sendo o Estado o responsável pela segurança pú-

blica, a empresa foi negligente ao realizar reuniões em locais com alto risco de crimes.

A condenação se manteve no TST. Segundo o relator, ministro Alexandre Agra Belmonte, independentemente de a empresa ter culpa ou não no assalto, "não cabe ao trabalhador assumir o risco do negócio, até por que o assalto ocorreu quando estava a serviço do empregador, que não adotou medidas para resguardar a segurança".

Caixa vai entregar imóveis aos verdadeiros donos

A Caixa se manifestou, por meio de nota, sobre reclamações feitas por moradores que foram desapropriados ontem no condomínio Ilhas de Noronha, em Viana. A instituição disse que a reintegração de posse foi feita conforme determinação judicial.

Segundo a nota, o objetivo da reintegração era garantir o direito das famílias selecionadas pela Prefeitura de Viana para tomar posse dos imóveis.

A Caixa informou, ainda, que os critérios para seleção das famílias foram definidos pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Após a reintegração, a Caixa deverá fazer vistoria nos apartamentos para entregá-los às famílias selecionadas pela prefeitura.

O cumprimento da decisão é de competência da Justiça Federal, segundo informou a assessoria de Comunicação da Caixa Econômica Federal.

MANIFESTAÇÃO

Em protesto contra a reintegração de posse, os ex-moradores fecharam a rua do condomínio, em Viana, e atearam fogo em pedaços de madeira e em lixo na noite de ontem.



TENENTE-CORONEL Rogério Fernandes: diálogo para formação do PMs

Novo critério para promoção de soldado a cabo da polícia

Após duas horas de reunião ontem sobre a reformulação de carreira dos praças, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nilton Rodrigues, e as associações representativas dos militares chegaram a entendimentos ontem para o Curso de Formação para Sargento (CFS), para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos (CHOA) e para a promoção de soldados a cabos, que acontecerá sem provas e conforme disponibilidade de vagas.

A reunião aconteceu na sede do

Comando Geral, em Vitória.

O tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, presidente da Associação dos Oficiais Militares (Asomes), explicou que a expectativa é de que o Curso de Formação para Sargentos seja exclusivo aos militares, e que o ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais da Administração tenha como requisito a patente de subtenente.

"No caso da formação para sargentos, o ingresso seria apenas para militares, com base nos critérios de antiguidade e mereci-

mento. Já para participar do CHOA, o militar precisaria ser subtenente. Também foi discutido que para o soldado ser promovido a cabo não precisaria realizar provas. A promoção seria segundo a disponibilidade de vagas".

Para o tenente-coronel, as associações e o Comando têm tido um bom entendimento, mas ele lembrou que nada foi definido ainda. Por nota, o coronel Nilton Rodrigues ratificou o compromisso de ser o interlocutor dos PMs junto ao governo.

Motorista acusado de bater na mulher

Um motorista, 30 anos, foi autuado na Lei Maria da Penha, após agredir a mulher, uma costureira, 32 anos, com socos, chutes e até uma cadeira, em Santana, Cariacica.

A vítima disse que o motivo é porque o motorista acredita que ela o traiu e que uma filha do casal não era dele. O agressor foi autuado no Plantão da Mulher e levado ao presídio.



PLANTÃO da Mulher: registro